

Renegociação da dívida externa está ainda na fase de sondagem

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Os contatos dos ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas com os banqueiros, preparando o terreno para a negociação da dívida externa no segundo semestre, ainda não passaram da fase de sondagens porque está muito cedo para definir a necessidade de novos créditos externos, e tanto governo como credores esperam para ver o comportamento da taxa de juros e os resultados do "programa de ajustamento" da economia brasileira — informou ontem o chefe da Assessoria Econômica da Seplan, Akihiro Ikeda.

Caso as taxas internacionais se mantenham em torno do novo patamar de 11% no mercado de Londres (libor), ao invés dos 10,5% projetados nas contas brasileiras, o efeito sobre o balanço de pagamentos brasileiro só ocorrerá a partir de outubro. Até lá o País terá praticamente definido o superávit da balança comercial — que seguramente ficará acima dos US\$ 9,1 bilhões previstos originalmente, de acordo com o assessor do ministro do Planejamento — de forma a projetar claramente a necessidade adicional de recursos.

"Os bancos estrangeiros também estão muito cautelosos, preferindo esperar os resultados do programa econômico brasileiro antes de novas definições" — admitiu Ikeda, considerando que a antecipação das "sondagens" dos ministros sobre a disposição dos credores, em consequência da nova ameaça de elevação nos juros externos, não pode ser encarada como o início das negociações da chamada fase III (rolagem dos débitos de 1985). "Digamos que se trata de uma troca de informações" — explicou.

Os resultados destes contatos — realizados pelo ministro do Planejamento na Europa, bem como pelo mi-



Ikeda: o governo espera os resultados do ajuste

nistro da Fazenda na reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington — surgirão nas próximas semanas. Desde já, entretanto, banqueiros que têm visitado o chefe da Assessoria Econômica da Seplan demonstraram que há possibilidade de alguma "redução nos spreads (taxas de risco) cobrados dos futuros empréstimos ao Brasil". No último empréstimo-jumbo o Brasil pagou spread em torno de 2%.

"Pode-se argumentar

que isto seria pouco" — reconhece Ikeda, acrescentando que a redução do spread mostraria uma tendência entre os banqueiros de classificar o Brasil numa posição um pouco menos arriscada do que países como a Argentina, que somente agora começam a definir o plano de negociação de sua dívida. Reconheceu também que o governo brasileiro ainda não colocou na mesa suas novas propostas para a dívida externa, e quando isso acontecer poderá obter outras melhorias quanto à taxa de juros.

Mas estes resultados dependerão antes de tudo do comportamento da economia brasileira este semestre. Se pouca coisa pode ser feita na área dos custos dos empréstimos, o mesmo não ocorre com o saldo da balança comercial. "Mesmo com protecionismo nós temos condições de continuar aumentando o saldo da balança comercial, e isto fica evidente quando olhamos para o primeiro trimestre" — mostra o economista, embora reconhecendo a necessidade de se continuar lutando contra o aumento das barreiras ao comércio exterior, tanto para os Estados Unidos como no caso do mercado europeu.

A manutenção de altas taxas de crescimento econômico nos Estados Unidos ao longo deste ano não é uma pré-condição para o Brasil assegurar o superávit acima de US\$ 9,1 bilhões (já existe quem fale em saldo de US\$ 10 bilhões ou mais), na opinião de Akihiro Ikeda. "Evidente que a taxa média anual de 7,2% de crescimento econômico nos EUA não vai continuar ao longo do ano, pois a tendência é mesmo para uma queda, com estabilização em uma faixa de uns 4 ou 5%" — explica, garantindo que este nível de atividade será suficiente para os planos brasileiros de exportação.

Além do mercado americano, que tem puxado recuperação econômica mundial, a diversificação das vendas brasileiras já permite um aproveitamento melhor também dos mercados da Europa e do Japão — "cujas economias devem continuar crescendo ao longo do ano". No caso japonês continua de pé a estimativa de uma expansão do Produto Nacional Bruto (PNB) da ordem de 4% em 1984, e na Comunidade Econômica Europeia (CEE) a média da inflação caiu ligeiramente no primeiro bimestre do ano, representando sinais de recuperação.